



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

30/12/2017

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2 - 6
2.2. OUVIDORIA.....	7
2.3. VARA CRIMINAL.....	8
2.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	9 - 13
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. ESMAM.....	14 - 15
3.2. INSTITUCIONAL.....	16
3.3. PRESIDÊNCIA.....	17
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. EXECUÇÕES PENAIAS.....	18
4.2. PRESIDÊNCIA.....	19

► PRISÕES

Policiais cumprem fase da Operação Diamante Negro

Equipe da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa - SHPP, em conjunto com o DCRIF/Seic e apoio do Serviço de Inteligência da SSP, está desenvolvendo a quarta fase da “Operação Diamante Negro”, sob o comando da delegada Nilmar da Gama, na Região Tocantina, dando cumprimento a dois mandados de prisão.

Os mandados foram expedidos pela juíza da Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz e pelo Juiz da 1ª Vara Criminal de São Luís, na quarta-feira (27), contra Raimundo Romulo de Sousa ou Raimundo Rômulo Monteiro da Silva, conhecido também como “Pastor”. Ele é suspeito de ser o mandante do assassinato do empresário do ramo de panificação Valdinney Pereira da Silva, o “Ney da Padaria”, de 41 anos, que era proprietário da ‘Panifica-

dora Todas Tortas’, localizada na Rua Guanabara, Maranhão Novo, em Imperatriz.

O crime aconteceu na noite do dia 27 de abril passado e consta que teria sido praticado por dois policiais militares de Imperatriz, cabo PM Wilson Castro do Nascimento e o soldado Hermano Lima de Queiroz, que já foram presos e se encontram sob custódia no Comando Geral da Polícia Militar, em São Luís.

2

Total de mandados
de prisão

Lil Trinta e Jorge Cateb Neto com Déia e Luiz Campos
Paes estão em Florianópolis. Vanuza e Benjamin Franklin
Alves estão no Rio e participam da festa dos 50 anos do
desembargado Froz Sobrinho.

70% votarão com uso de biometria no Maranhão

Informação é do desembargador Ricardo Duailibe, que assumiu o comando do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE) este mês. Objetivo é garantir celeridade e transparência. **POLÍTICA 3**

Entrevista
Ricardo Duailibe

“O eleitor precisa saber da importância do seu voto para fortalecer nossa democracia”

Desembargador Ricardo Duailibe deixou a Corregedoria Eleitoral e agora preside o TRE do Maranhão e terá a missão de comandar as eleições de 2018

CARLA LIMA
Subeditora de Política

O desembargador Ricardo Duailibe assumiu o comando do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE) no fim deste mês. Para 2018, o magistrado será o responsável em conduzir o processo eleitoral em que serão eleitos o presidente da República, governadores, dois senadores e ainda deputados federais e estaduais.

A ideia de Ricardo Duailibe é garantir que a Justiça Eleitoral do Maranhão seja célere e garanta um pleito transparente fazendo com que a vontade popular manifestada nas urnas prevaleça.

Em entrevista a O Estado, o desembargador disse que no próximo pleito 70% dos eleitorais maranhenses já votarão por meio do sistema biométrico, o que garante mais segurança e evita fraudes.

Além disso, o tribunal deverá trabalhar para levar aos partidos políticos, candidatos, advogados e também juízes as novas normas que vão balizar as eleições do próximo ano. E entre as novidades que deverão ser alvo estão as chamadas fake news (notícias falsas), que podem desequilibrar o pleito.

Ricardo Duailibe disse ainda que o TRE está atento à possibilidade de que organizações criminosas possam atuar nas eleições do Maranhão, conforme demonstrou preocupação o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes.

2018 é um ano eleitoral. Como o TRE se planejou para o período?

O próximo ano será um grande desafio e eu gosto de desafios. Acredito que o ser humano é movido por desafios e sonhos. O fato de eu ter passado nove meses como corregedor eleitoral, pude participar de todas as decisões importantes ocorridas na gestão do desembargador Raimundo Barros. Em 2017, nossa preocupação maior foi fechar o orçamento de 2018. Isso nós conseguimos fazer. Também alcançamos a meta que estabelecemos quanto ao cadastramento biométrico de eleitores do Maranhão. Nós já fizemos as revisões eleitorais que possibilitaram a inclusão de 70% dos eleitores no voto digital. Isso significa que, para os eleitores e também para os candidatos, haverá mais segurança na hora do voto.

E quanto à redução de zonas eleitorais no Maranhão? Eleitores poderão ser prejudicados devido à extinção dessas zonas?

Esse desafio estabelecido pelo TSE nós cumprimos. E cumprimos como? Com os cortes de zonas eleitorais para reduzir os gastos. Nós daqui do Maranhão, por meio da equipe do tribunal, fizemos um trabalho que teve destaque em Brasília. Nós conseguimos reduzir de 26 zonas eleitorais que estavam previstas para serem extintas no Maranhão para apenas seis e isso obedecendo a todas as regras do TSE.

Mas esses cortes de seis zonas eleitorais não prejudicarão o eleitor, principalmente o que reside no interior?

Os eleitores não reclamaram tanto. As reclamações partiram mais dos prefeitos, deputados, dos políticos vinculados às regiões que tiveram redução de zonas eleitorais. Para o



Ricardo Duailibe garante que eleições de 2018 serão transparentes

eleitor, parece que ficará mais confortável. Talvez para o político não, que dentro da legalidade terá que trabalhar mais para locomoção, por exemplo. Mas a determinação veio do TSE, nós cumprimos, e acredito que não haverá prejuízos ou outro problema para o desenvolvimento do processo eleitoral.

Sobre o orçamento que foi enviado ao TSE, o TRE fez os cortes para reduzir gastos? Se fez, de alguma forma os cortes poderão levar a dificuldades na realização do pleito do próximo ano?

Planejamos as eleições do próximo ano com a redução de gastos e esperamos que tudo ocorra com tranquilidade conforme nós planejamos. Existe um fundo de reserva que pode ser usado em casos de necessidade. Mas esperamos executar todo o processo eleitoral sem imprevistos. Nós vamos trabalhar com transparência e com o compromisso de não extrapolar o orçamento.

Na sua opinião, as eleições estão mais judicializadas? Os políticos estão judicializando mais o pleito?

Não vejo, como juiz eleitoral, que isso seja culpa dos políticos. De forma alguma. Eu acredito que a causa principal é nossa legislação, que permite um excesso de recursos. Existem vários exemplos que demonstram isso. Há casos das eleições de 2016 que ainda não tiveram um resultado definido devido ao que está previsto na legislação. Agora, aqui no TRE, a Corte tem se mostrado descontente com essa quantidade de recursos. Claro que, se está na lei, deve ser aplicado. Mas nós nos mostramos insatisfeitos porque a maioria dos recursos são usados unicamente para protelar um resultado. Com a jurisprudência do TSE de que um prefeito, um governador, um político somente dever deixar o man-

“Vamos nos esforçar e temos o compromisso de garantir que a Justiça Eleitoral seja célere e transparente”

dato após o último recurso seja transitado e julgado. Mas nós da Justiça Eleitoral não temos culpa. Nós não legislamos. Nós fazemos cumprir a legislação.

E diante das possibilidades de tantos recursos, como o tribunal irá trabalhar para garantir a celeridade nos julgamentos?

A Corte foi renovada. Temos novos membros e todos que a compõem são altamente gabaritados. Vamos nos esforçar, e estamos comprometidos em garantir que a Justiça Eleitoral seja célere e transparente.

Há novas regras estabelecidas pelo TSE que vão balizar as eleições de 2018. E novas interpretações e novas regras ocorrem sempre a cada pleito. O senhor acredita que essas mudanças podem atrapalhar?

Não acredito que atrapalhem. E para garantir isso vamos promover um seminário ou um encontro que mostre quais as novas regras que estarão em vigor. Esse evento

será feito em nível nacional e faremos com uma parceria com a Ajufe [Associação de Juizes Federais do Brasil]. Daremos a oportunidade para os candidatos, os partidos políticos, os advogados e para nós juízes de conhecer todas as normas que vão reger as eleições do próximo ano e assim nos prepararmos para o pleito cada um em sua esfera de atuação.

E quanto aos processos referentes às eleições de 2016 que podem levar a mudanças no resultado do pleito? A meta estabelecida pelo TSE foi alcançada?

Fizemos pressão e fiz fiscalizações enquanto estive na Corregedoria, mas infelizmente não cumprimos o objetivo. A meta, que era para que todos os processos que possam levar a cassação de eleitos estivessem aqui no TRE até o fim deste ano, quase foi alcançada. Concluímos 97% dos processos, faltaram poucos para chegar ao que estabeleceu o TSE.

O fake news é algo que o TSE já estabeleceu como um crime a ser combatido pela Justiça Eleitoral. Como o TRE vai trabalhar para evitar esse problema?

A Justiça Eleitoral do Maranhão contará com a Polícia Federal e outros órgãos de fiscalização para evitar os abusos. Além disso, vamos trabalhar com o imediatismo porque se essas notícias falsas estiverem na internet, temos que trabalhar para tirar logo. Sei que teremos que ter muita presteza para saber o que é verdadeiro e o que é falso.

O ministro Gilmar Mendes falou a respeito de intervenção de crime organizado na eleição em vários estados e entre esses está o Maranhão. O TRE já está atento a essa possibilidade?

Assim como contamos com órgãos federais para evitar abusos na internet com investigações, com essa situação mais grave também contaremos com a Polícia Federal e demais órgãos de fiscalização. Estamos atentos.

Nos últimos anos, o Brasil passa por uma crise política, o que leva a uma certa insatisfação da sociedade com tudo o que envolve o processo eleitoral. Diante da descrença do cidadão com a eleição, o que o TRE fará para evitar, por exemplo, que correntes como a que pede que todos votem nulo sejam colocadas em prática no próximo pleito?

Eu entendo que, para fortalecer a nossa democracia e melhorar a administração do nosso país e dos estados, 2018 será um ano em que todo eleitor tenha consciência que somente por meio do voto o cenário político possa melhorar. É necessário que cada eleitor tenha consciência que não basta eleger somente o presidente, por exemplo. Precisa saber em quem vai votar para o Congresso. E para contribuir com a conscientização dos eleitores, nós vamos desenvolver um projeto simples nas escolas tanto da capital quanto do interior com jovens de 16 a 18 anos. Vamos convencê-los a se alistar eleitoralmente. E mais que isso: vamos esclarecer a importância do voto, saber quem é o candidato, se é ficha limpa, o histórico de cada pretendente a um mandato público. Precisamos mostrar aos jovens o quanto a decisão deles na escolha dos nossos representantes é importante. ●

50 anos de Froz

Uma grande caravana de maranhenses está no Rio de Janeiro especialmente para participar da festa de comemoração dos 50 anos do desembargador Froz Sobrinho.

A festa, agendada para hoje à noite, será realizada na Mansão Botafogo.

Froz, como já dissemos aqui, será homenageado com a publicação de um livro em abril de 2018. Trata-se da coletânea “Direitos Humanos e Execução Penal”, com 24 artigos jurídicos escritos por expoentes do Direito, organizada por Márcio Aleandro Teixeira, Marcelo de Carvalho Lima e Ariston Apoliano Júnior, professores do Departamento de Direito da UFMA.

O aniversariante sugeriu aos convidados que ao invés de presentes, façam doações para a Fundação Antônio Brunno, entidade filantrópica que assiste pacientes oncológicos carentes.

DES. RICARDO DUALIBE

Esperança na ressocialização do encarcerado

Ao concluir o biênio na Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado, sentimos, eu e a valorosa equipe que lá me assessorou, haver cumprido com os objetivos aos quais nos propusemos no início de nossa gestão, que consistiam prioritariamente em melhorar a prestação jurisdicional, identificando os problemas mais frequentes nas demandas recebidas, gerando estatísticas e propondo soluções pertinentes. Também apresentamos recomendações visando ao aprimoramento das atividades e serviços prestados pelo Poder Judiciário estadual, promovendo a aproximação dos cidadãos com a Justiça e estimulando a participação popular na vida pública por meio das diversas audiências públicas que realizamos nos pólos judiciários do Estado.

Foram recebidos 41.711 atendimentos, dentre os quais 1.355 referiram-se a agendamentos de Audiências de Conciliação. Mas foi na audiência pública realizada na Comarca de Pedreiras – Pólo Judiciário de Caxias, atendendo ao convite da Juíza Ana Gabriela Costa Everton, que nossa equipe pode ter uma extraordinária experiência de como

se processa a ressocialização desenvolvida pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

A maioria da nossa população tem ciência, notadamente pelos meios de comunicação, do quanto é precário e tormentoso o sistema penitenciário brasileiro, o que tem levado um incalculável número de pessoas a desacreditar em ser possível a recuperação do condenado, de modo que, após o cumprimento de sua pena, possa ser reintegrado ao convívio social.

É o condenado quem decide se quer cumprir a sua pena na APAC

Tive a oportunidade de poder conhecer o funcionamento do sistema penitenciário americano, onde o sentenciado cumpre sua punição de modo rigoroso, sem quaisquer regalias, tais como visitas íntimas, saídas temporárias e outras mais, todavia recebem tratamento justo e humanitário, em celas individuais, climatizadas, salubres, com alimentação de qualidade e assistência médica e odontológica. Lá, o sistema é terceirizado e funciona a contento.

Faço esse comentário para dizer que, com a parceria da APAC, as penitenciárias brasileiras poderão

ter um percentual significativo de sentenciados recuperados.

A APAC é dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Opera como entidade auxiliar do poder Judiciário, na execução penal e do Executivo na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade de todos os regimes.

É administrada através de voluntários, empresários e profissionais de várias áreas, recrutados na Comarca onde se instala. Para todas as atividades por ela desenvolvidas, tais como cursos de formação permanente, é condição para admissão do apenado concordar em ser alfabetizado, e podem trabalhar com artesanato, na horta, no preparo de suas refeições (supervisionado por nutricionista), tendo atendimento médico e odontológico na própria unidade.

Tudo isso ocorre fruto de parcerias público-privadas e, principalmente, de pessoas comprometidas em ajudar seus semelhantes.

Destaca-se, ainda, por sua relevância: é o condenado quem decide, livremente, se quer cumprir a sua pena na APAC. Se não se adaptar, pode solicitar o seu retorno à Penitenciária. E para aqueles que não acreditam na ressocialização do preso, vale a pena visitar uma APAC. Certamente, após sua visita, diante dessa nova perspectiva de conduta para com o apenado, vai mudar de opinião e será, quem sabe, mais um voluntário para ressocializar aqueles que cumprem pena através das APACs.

.....
Ouvidor do TJ/MA biênio 2016/2017

Julgamento de envolvidos em assassinato

Dia 2 de fevereiro começou o julgamento dos três envolvidos na morte do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e tentativa de homicídio do irmão dele, Alexandre Matos, e do amigo Kelvin Kim Chiang, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Os julgados foram Carlos Humberto Marão Filho, Diego Henrique Marão Polary e João José Nascimento Gomes. Os crimes ocorreram na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, no bairro do Olho d'Água.

Após saída da Funac

Acordo feito com moradores da Aurora não foi cumprido

Somente a quadra poliesportiva foi entregue este ano; instalação da unidade da PM tem nova promessa e recuperação de diversas ruas não foi realizada. **CIDADES 2**



“Sofremos demais com a questão da insegurança no dia a dia. Estamos sujeitos a assaltos, e a presença mais direta do policiamento seria fundamental”

CONCITA KZAM, moradora da Aurora

Governo transfere internos da Funac da Aurora às escondidas

Administração estadual não informou para onde os adolescentes infratores foram encaminhados, mas confirmou, em nota, que as instalações usadas pela Funac no bairro receberão uma unidade da Polícia Militar

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

A transferência dos internos da unidade de ressocialização da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) do bairro Aurora, confirmada pelo Governo do Maranhão a O Estado, por meio de nota encaminhada na quinta-feira, 28, foi feita às escondidas. Até o momento, o Poder Executivo Estadual não informou para qual unidade os internos foram designados e em que dia e horário foi feito o procedimento. O Governo confirmou apenas que as instalações usadas pela Funac no bairro receberão uma unidade da Polícia Militar (PM), conforme acordo firmado no dia 25 de janeiro deste ano, entre os moradores e o poder público, para a aceitação da Funac na localidade.

Ainda na nota, o Governo informou que a fixação da unidade de policiamento no bairro “atende a uma antiga solicitação”. No entanto, não informou as razões para o atraso no anúncio, já que, conforme o acordo entre o poder público e a população, a unidade de policiamento deveria ter sido instalada há pelo menos 10 meses, e se tratava de um pedido “urgente” da comunidade. Por fim, também não declarou se, durante a permanência da Funac na Aurora, foi registrada fuga ou outra ação delituosa.

A desinstalação do prédio da Funac põe fim a um pesadelo para a comunidade. Após o Governo anunciar a instalação da sede do serviço, no dia 5 de janeiro deste ano, os moradores do bairro iniciaram uma série de protestos na entrada do prédio, que, além de causar transtornos ao trânsito (já que a Rua Frei Hermenegildo, local da Funac, foi bloqueada), também elevou a tensão entre a população e a polícia, chamada para intervir nas manifestações.

Apesar da pressão popular, o Governo manteve a decisão de instalar a unidade no imóvel. A propriedade do prédio usado no bairro pela Funac foi uma das razões da polêmica acerca do caso. À época, após divulgação feita por O Estado, foi revelado que o imóvel usado para a ressocialização dos menores infratores seria de propriedade de um aliado do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). O episódio, inclusive, ficou conhecido como “aluguel camarada”, em referência ao partido de Dino. No total, teriam sido gastos R\$ 170 mil com a manutenção do prédio, valor este oriundo dos cofres públicos.

Antes da nota do dia 28 deste mês, o último parecer oficial do Governo sobre o assunto foi emitido no último dia 15. Na ocasião, o Poder Executivo estadual informou que a “unidade seria transferida para outra instalação”. O Governo, assim como na nota vigente, não deu maiores detalhes acerca do endereço novo e limitou-se a divulgar que “cumpriria com o acordo” com a comunidade.

Continua em Cidades 2

SAIBA MAIS

Representantes da comunidade da Aurora estiveram no dia 15 deste mês reunidos com o juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins. Na ocasião, eles cobraram garantias de cumprimento da retirada da Funac. Nenhum representante do Governo esteve presente. De acordo com o magistrado, caso o poder público não cumprisse o acordo, haveria a cobrança de multa. “Nestes casos, é o que está previsto”, disse.

Paulo Soares



Promessas feitas em acordo com moradores não foram cumpridas

Apenas quadra poliesportiva, entregue este ano, foi entregue; instalação da unidade da PM tem nova promessa, e recuperação de ruas não foi realizada

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

As promessas feitas pelo Governo do Maranhão para a comunidade da Aurora, como forma de compensação pela instalação da sede da Funac no bairro, não foram cumpridas na íntegra. Apenas a quadra poliesportiva, entregue em julho deste ano pelo poder público, foi construída. Já a instalação da unidade da Polícia Militar (PM) será feita com atraso, caso seja cumprida, e a recuperação de ruas do bairro não foi feita, mesmo com o consenso informal entre a população e o Governo. Na sexta-feira, 29, representantes da comunidade da Aurora realizaram um protesto em frente ao prédio onde funcionou a Funac.

O Estado esteve no bairro e constatou vários problemas. A começar pela falta de saneamento básico. De acordo com os moradores, em várias vias falta a pavimentação adequada. Entre as ruas mais prejudicadas estão a Frei Hermenegildo e a Nova Aurora. "São ruas em situação crítica. Além do que, a questão da unidade da polícia era algo emergencial precisava ser feita logo. Não precisava esperar a unidade fechar para depois instalar o policiamento", disse o morador da Aurora Raimundo Silva.

Em relação à quadra poliesportiva, segundo os moradores, o espaço foi entregue de maneira incompleta, faltando equipamentos básicos. Até o fechamento desta



Paulo Soares

Recuperação de ruas no bairro Aurora não foi feita, mesmo fazendo parte do acordo firmado pelo Governo

SAIBA MAIS

No dia 23 de janeiro deste ano, houve uma primeira tentativa de conciliação entre o governo e moradores, em uma reunião realizada em uma igreja evangélica, situada em frente ao prédio da Funac. Na ocasião, além de vereadores, o secretário titular de Direitos Humanos do Governo do Maranhão,

Francisco Gonçalves, também esteve no local. Apesar da exposição dos prós e contras, não houve acordo entre as partes. Por causa da falta de consenso, foi estipulada a realização de uma audiência pública para tratar do tema, o que aconteceu dois dias depois.

edição, o Governo do Estado não informou sobre quando serão feitos os acertos na quadra poliesportiva ou recuperadas as vias da Aurora.

A moradora Concita Kzam contou que a questão do policiamento, relacionada diretamente à segurança, é prioridade. "Sofremos demais com a questão da insegurança no dia a dia. Estamos sujeitos a as-

saltos, e a presença mais direta do policiamento seria fundamental".

Até o fechamento desta edição, o Governo do Maranhão não informou os prazos para a instalação da unidade da polícia no bairro. O governo também não esclareceu se o prédio que recebeu a Funac, e sediará a nova sede da PM, terá o aluguel custeado pelo poder público.

O Estado, apesar dos pedidos

feitos ao longo do ano, jamais teve acesso à parte interna do prédio da Funac na Aurora. Segundo informações divulgadas pelo governo em seu site, a unidade pode receber até 17 internos. Em relação à infraestrutura, a unidade apresentava área de convivência, dormitórios, salas para equipe técnica, diretoria, salas de aula, cozinha e área livre para lazer. ●

CADEIRA NÚMERO 19

PATRONO - José Raposo

Gonçalves da Silva (Amaral Raposo) é nascido em Grajaú, em 1906. Viveu a maior parte da vida em Grajaú. Foi comerciante, político, jornalista, poeta, músico, funcionário público no Estado da Bahia, secretário particular do interventor maranhense Saturnino Belo, assessor de imprensa de vários homens públicos, diretor da Biblio-

teca Pública do Estado, chefe de gabinete do governo no território do Rio Branco. É reconhecido como um literato de apuro na linguagem e um poeta de crítica contundente. Nos anos 1950, foi editorialista do jornal O Combate. Também era reconhecido por sua destreza ao violão, tanto popular quanto erudito. Foi também deputado estadual e membro da Academia Maranhense de Letras.

FUNDADOR - José de Ri-

bamar Fiquene é maranhense de Itapecuru-Mirim, nascido em 1930. Fez os estudos primário e ginásial em São Luís, onde também se bacharelou em Direito. Foi professor de Língua Portuguesa no ensino de 1º e 2º graus e professor universitário. Muito vinculado à educação, fundou várias escolas de ensino básico, secundário e ainda centros universitários, ação que lhe deu o prêmio de "Educador do Ano" do Ma-

ranhão, em 1976. Na política, foi prefeito de Imperatriz e Vice-Governador do Estado. É autor do Hino de Imperatriz e do 50 Bis. Obras publicadas: Do júri popular no Brasil; O Parlamento e o Presidencialismo; A Educação e o Povo; O Critério Educativo no Brasil; Análise sintática de Os Lusíadas; A Gramática e a Língua Portuguesa; O Idioma Pátrio; Punhado de Estrelas (coatoria com Ribamar Silva e Adelma Pimentel); O Alvorecer; Lampejos (poemas); Luzes do Amanhã; Contemplação.

OCUPANTE- Weliton Car-

valho é maranhense de Bacabal, nascido em 1965. Saiu de sua cidade natal com poucos dias de nascido, indo morar em Santa Inês e logo depois em São Luís, onde ficou até 1983. Depois morou em Goiânia e em Recife, onde se tornou bacharel em Direito, em 1991. Em Pernambuco, na UFPE, fez ainda o mestrado e o doutorado em Direito. Na docência, é ex-pro-

fessor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); professor-adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em Imperatriz; professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM); coordenador do Núcleo da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão em Imperatriz. Exerce ainda a função de juiz de direito. É membro do Instituto Pernambucano de Direito Comparado; da Academia Maranhense de Letras Jurídicas; da Academia Brasileira de Direito Constitucional e da Academia Imperatrizense de Letras. Tem as seguintes obras publicadas: Travessia sem fim; Descobrimento do explícito; Sustos do silêncio; Tempo em conserva; Geometria do lúdico; Pés no chão, cabeça nas nuvens; Cabeça nas nuvens, pés no chão; Escandalosa lírica; Direitos Fundamentais: constituição e tratados internacionais.



POEMAS DE WELITON CARVALHO

Constatação

Na alma humana
nada de concreto
se sustenta sem sonho.

E, afinal:
haveria outra maneira
de suportar a morte?

Apocalipse

A palavra esconde a palavra,
mas não a emoção que dela aflora.

Se digo que a manhã trouxe um
perfume

é possível estar escondendo no
perfume

a palavra flor, mas não a flor que
exala o ar.

Psicanálise

E essa angústia de domingo à noite
que carrega sempre minha alma?

E esse remorso sobre os ombros
de não ter amado mais as coisas mínimas?

E por que acreditei que tudo era pecado
deixando se extraviar sem amor tardes
inteiras?

E por que indaguei tanto sobre a vida,
se não há prazer maior que inventá-la?

O poeta quer apenas comover
e só dispõe da palavra para dizer o
mundo.

Por trás dos escombros da flor,
só há silêncio e morte.

Sertanejo

Uma segura contida
que transborda ressentida
sem dar vazão ao seco
feita sob exata medida
para vestir bem o homem
em sua vida ressequida.



Atualidades

DIÓGENES Dantas Filho

Farra no Poder Judiciário

Há muitos anos e reiteradas vezes temos criticado com veemência que a isonomia salarial prevista em nossa Lei Maior jamais foi observada e cumprida.

É abismal a diferença entre os servidores do Poder Executivo comparada às do Legislativo e Judiciário.

Somente Collor empenhou-se na tentativa de cumprir a determinação constitucional e conquistou a antipatia de parlamentares, juízes, desembargadores e representantes do Ministério Público. Dizem, inclusive, que tal fato contribuiu para acelerar o seu impedimento conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) na Câmara dos Deputados às vésperas das eleições de outubro de 1992.

Recentemente, neste mesmo espaço em setembro próximo passado sob o título de "DESPERDÍCIOS INACREDITÁVEIS", afirmamos que inúmeros juízes de diferentes Estados recebem mais de R\$ 100 mil por mês. Disse, ainda, que somente no Tribunal de Justiça de Mato Grosso um deles recebeu quase R\$ 504 mil, 9 mais de R\$ 400 mil, 10 mais de R\$ 300 mil, 12 mais de R\$ 200 mil, 35 mais de R\$ 150 mil e 17 mais de R\$ 100 mil. Técnicos e analistas judiciários também receberam salários hiperinflacionados sendo que um deles, em julho, foi aquinhado com R\$ 226,8 mil, já com o desconto do imposto de renda.

Convém observar que o teto constitucional é de R\$ 33,76 mil, remuneração fixa de Ministro do STF.

A reação popular foi tão grande que a Presidente do Conselho Nacional de Justiça se viu forçada a determinar aos Tribunais a remessa das folhas de pagamento de seu pessoal devidamente detalhadas.

Como era de se esperar, prevaleceu o corpo mole de longos anos e a resistência a tão necessária transparência.

Agora, a estarrecedora verdade veio à tona, comprovando que não há reforma que dê jeito neste País.

Ficou constatado que 71,4% dos magistrados de 26 Estados e do Distrito Federal têm rendimentos mensais superiores ao limite máximo e a média atinge o valor de R\$ 42,5 mil.

Os Tribunais de Justiça alegam que determinados "auxílios" podem, legalmente, ultrapassar o valor de referência.

Segundo divulgado em "O Globo", o maior rendimento médio ocorre em Rondônia, chegando a R\$ 68,8 mil no mês de novembro, e nos tribunais do Acre e Mato Grosso do Sul foi além dos R\$ 50 mil. Em Minas Gerais, Piauí, Amazonas e Maranhão, 90% dos titulares tiveram salários superiores ao teto. No Amapá apenas um dos 97 magistrados não o ultrapassou.

52 juízes e desembargadores receberam mais de R\$100 mil em um único mês e 1 do Paraná foi premiado com R\$ 235 mil em novembro.

Esta verdadeira caixa-preta ficou soterrada por dezenas de anos. A sociedade exige explicações e a máxima divulgação de tema de tanta relevância e gravidade.

O que os nossos meritíssimos com o nobre dever de cultuar a justiça e evitar impunidades podem declarar em defesa da classe?

Já imaginaram se fosse feito um levantamento semelhante no Poder Legislativo detalhando todos os penduricalhos acrescidos aos salários dos parlamentares e servidores?

Por que a tal da isonomia ainda permanece na Lei Magna se ninguém a observa?

DESEJO AOS LEITORES UM NOVO ANO REPLETO DAS GRAÇAS DE DEUS.

e-mail: guitoddf@hotmail.com

Presidente do TJMA afirma que o Judiciário buscará soluções justas e rápidas nas questões processuais

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

"O prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar os espaços de democracia real", frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.

Ele enfatizou que o Poder Judiciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçada por circunstâncias a ele

estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJMA disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma Magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social.

"Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vingança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas", assinalou.

De acordo o desembargador, pesa sobre a Magistratura a dô Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

"O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela - a democracia - é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país", avaliou.

O desembargador José Jolalta responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento

aquim Figueiredo dos Anjos diz que é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações. *(Assessoria de Comunicação do TJMA)*



O presidente do TJMA conclamou os cidadãos a continuarem acreditando no Poder Judiciário

Beneficiados com saída temporária natalina, 58 presos não retornaram

Conforme divulgado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), dos 650 presos que efetivamente foram beneficiados com a saída temporária do Natal, apenas 58 não retornaram na data estipulada, na última quarta-feira (27), sendo que o limite era até as 18h. Segundo a portaria que autorizou os detentos a passarem o período com a família, os que não voltaram serão considerados foragidos do sistema carcerário. Os presos haviam saído dos presídios às 9h do último dia 21 de dezembro, em virtude da portaria assinada pelo juiz Márcio Castro Brandão, titular da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP).

PROIBIÇÕES

No caso, os internos beneficiados não poderiam se ausentar do Estado; ingerir bebidas alcoólicas; portar armas e não frequentar festas, bares ou estabelecimentos similares. Ademais, conforme a portaria determina, os detentos estão proibidos de ficar na rua depois das 20h. A VEP comunicou sobre essa saída temporária

à Secretaria de Segurança Pública (SSP/MA), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), Superintendência de Polícia Federal, Superintendência de Polícia Rodoviária Federal e as diretorias dos estabelecimentos penais da ilha.

Para ser beneficiado com a saída temporária, o interno, primeiramente, precisa estar no regime semiaberto. E também ter cumprido no mínimo 1/6 ou 1/4 da pena, respectivamente, para quem for réu primário e reincidente, como previsto nos artigos 122 e 123 da Lei de Execução Penal. Em caso de infração do detento quando estiver fora dos estabelecimentos penais, o benefício será revogado automaticamente. No total, 716 presos foram autorizados a sair, sendo que 692 eram de responsabilidade da Seap. Os demais 24 internos cumprem pena na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) ou no Comando Geral da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e delegacias de Polícia Civil. (NM)

Presidente do TJMA diz que o Judiciário buscará soluções justas e rápidas nos conflitos processuais

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo, afirmou que o engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional será pleno, para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se, assim, o princípio da igualdade perante a lei.

“O prestígio da Justiça e a confiança que para ela desejamos depende, antes de tudo, do nosso esforço e dedicação. Assim, conscientes de nossa missão ética, e gerindo processos efetivamente justos, seremos o instrumento de uma Justiça socialmente equilibrada e equitativa, hábil a ampliar

os espaços de democracia real”, frisou o desembargador, conclamando os cidadãos maranhenses a confiarem no Poder Judiciário como uma força legítima e capaz de realizar a harmonia social.

Ele enfatizou que o Poder Judiciário vem cumprindo a sua missão constitucional, embora, às vezes, embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, além da escassez de recursos financeiros para a implementação de projetos essenciais ao aperfeiçoamento da Justiça.

Quanto a isso, o presidente do TJMA disse que espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo aperfeiçoamento da

estrutura e aparelhamento do Poder Judiciário, para que se tenha uma Magistratura bem constituída, dotada de serviços auxiliares adequados, aplicando e interpretando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da realidade social. “Ao Poder Judiciário, compete a interpretação das leis, assegurando a preeminência da Constituição Federal, tomando-a como base e medida suprema da regularidade jurídica. É na Carta Magna que o povo vê o último abrigo para as vítimas da vingança, das perseguições, da violência, tendo ela o poder de restabelecer a norma jurídica que foi rompida, restaurando o direito violado, fazendo valer as garantias nela contidas”, assinalou.

De acordo com o desembargador, pesa sobre a Magistratura a alta

responsabilidade de educar o povo no respeito do sentimento do Direito, que, segundo ele, é o maior bem para o Estado.

“O cumprimento e a obediência às normas legais deve ser uma virtude para os homens civilizados. No regime democrático em que vivemos, o respeito a tal ditame conduz à certeza de que ela – a democracia – é necessária para o progresso e a ordem do Estado e do país”, avaliou.

E concluiu: “é necessário buscar um amplo esclarecimento junto à opinião pública para que a sociedade entenda a tarefa do Poder Judiciário, cujas decisões caminham sempre no sentido de consolidar o regime democrático e no de expurgar os eventuais desvios e costumes de improbidade que, às vezes, permeiam algumas administrações.”